

**ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE
DESENVOLVIMENTO URBANO – CMDU**

BIÊNIO 2015-2017

Às nove horas e quarenta minutos do dia vinte e cinco de outubro de dois mil e dezessete, no Auditório do Centro Administrativo da Prefeitura de Santos, sito à Rua D. Pedro II, 25, Centro, Santos, realizou-se a 13ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (CMDU), biênio 2015-2017. Estavam presentes as pessoas relacionadas na lista de presença anexa. Justificaram as ausências a Sra. Veridiana Nobre Lopes Teixeira do Departamento de Desenvolvimento Urbano da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – DEDURB/SEDURB, e a Universidade Católica de Santos – UNISANTOS. Dando sequência, à ordem do dia, o presidente Júlio Eduardo dos Santos consultou os membros do CMDU sobre a aprovação da ata da reunião anterior, previamente enviada por e-mail. E informou aos presentes a alteração solicitada pelo conselheiro Sr. Gilmar Vieira da Costa da PGM. Como não houve mais nenhuma manifestação, a mesma foi aprovada por unanimidade. O senhor Cláudio Augusto Querido Abdala, do Instituto dos Arquitetos do Brasil – IAB, abordou o tema da contrapartida do EIV, assunto tratado na reunião anterior, onde foi informado que não havia limite para essa contrapartida, e reafirmou sua posição de alerta para que haja um limite. O Sr. Júlio Eduardo comunicou que a lei do COMAIV será revisada, separando porto organizado dos prédios residenciais. O Senhor Cláudio lembrou que estudos de viabilidade econômica ficam comprometidos quando existe uma variável imponderável, gerando insegurança na tomada de decisão, sugeriu novamente limites para o EIV. O presidente exemplificou que se o empreendimento não tem impacto, o EIV é zero, portanto fica difícil colocar limites. E reafirmou a revisão posterior da lei. O senhor Jean Pierre de Moraes Crete, do Sindicato dos Arquitetos no Estado de São Paulo – SASP, solicitou esclarecimentos quanto as vagas remanescentes da assembleia de composição do CMDU para o novo biênio. O senhor Júlio Eduardo informou que abordaria o tema em assuntos gerais. Em seguida, passou ao segundo item da pauta: Membro do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (CMDU) eleito na 11ª Reunião Ordinária para o Conselho Gestor do FUNDURB; e solicitou que a secretária do CMDU, senhora Andreia Orlandini Nunes, explicasse a questão. Esta informou que o Sr. Pedro Garofalo, suplente do Secovi nomeado por decreto em dezenove de setembro, foi eleito para o conselho do Fundurb na 11ª reunião do CMDU ocorrida em vinte e três de agosto; em vinte e nove de setembro o conselho foi informado pelo Secovi da substituição do representante, ficando novamente comprometido o conselho do Fundurb. E informou os presentes que, devido ao término do biênio, outra eleição para conselheiros do Fundurb será realizada com os representantes do novo biênio. Em seguida o senhor presidente passou ao terceiro item da pauta: Encerramento do biênio 2015/2017; e passou a palavra a arquiteta Fernanda Alarcon, que junto com a

arquiteta Renata Siouffi, ambas do DEDURB, apresentou os principais temas abordados durante todo o biênio. O senhor Júlio Eduardo informou ainda que a minuta do plano diretor está no Gabinete do Prefeito, e que será enviado em seguida a Câmara Municipal. Na sequência, o presidente, passou a assuntos gerais, onde relatou que a próxima lei a ser revisada é a LUOS, e que a secretaria tem o intuito de enviá-la a câmara até o final do corrente ano. Lembrou que as mudanças da LUOS são maiores e mais sensíveis do que o plano diretor. Que os técnicos já estão montando uma proposta e o calendário das audiências. O senhor Cláudio Abdala questionou se não havia também expectativa de alteração da EIV para este ano. O presidente do CMDU esclareceu que não há esta previsão, pois outros trabalhos relevantes estarão ocupando a equipe. O senhor Claudio externou sua preocupação com a possibilidade de passar o ano de dois mil e dezoito sem poder fazer esta alteração. O arquiteto Glaucus Renzo Farinello, da Sedurb, participou aos presentes que já houve uma alteração na referida lei, que partiu da câmara. E o senhor Júlio Eduardo complementou que a alteração foi aprovada em trinta e um de dezembro de dois mil e dezesseis, e sancionada em dois mil e dezessete, portanto está sub judice quanto a definição do ano competente. Além disso não vê espaço fisicamente para uma alteração neste ano. Observou que entende a importância da lei, mas que não pode haver atropelos. Quanto a LUOS, o senhor Rivaldo Santos de Almeida Júnior, da Ouvidoria, Transparência e Controle – OTC, solicitou o envio antecipado do calendário para que seja disponibilizado no portal dos conselhos, e enfatizou que existe recomendação do tribunal de contas do estado quanto a transparência das informações, e que as atas e calendários de audiências, que tratam dos conselhos, devem ser divulgadas. O senhor presidente reafirmou que assim que estiver aprovado, será enviado a todos. A arquiteta Fernanda anunciou que, atendendo a solicitação resultante das audiências públicas do plano diretor, irão organizar oficinas preparatórias, para que os munícipes possam compreender o que é a lei de uso e ocupação do solo. O senhor presidente recordou que, nas audiências do plano diretor, os munícipes levaram sugestões que não diziam respeito à lei. Concluindo que é necessário um trabalho de orientação. O senhor Marcos Oliveira Libório, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMAM, propôs que as oficinas envolvessem também a câmara, pois percebe que nas audiências da câmara ocorre o mesmo problema citado pela arquiteta Fernanda, e que poderia ser informado a câmara o objetivo das oficinas. O senhor Júlio Eduardo respondeu que o intuito é melhorar a participação da população, mas que podem convidar a câmara também. Posteriormente citou a propositura enviada a procuradoria, onde consultou a mudança de enquadramento dos segmentos sem mexer na lei, e estão aguardando manifestação. Informou que vão reabrir prazo para preenchimento das vagas remanescentes, e enfatizou que poderá ocorrer maior número de inscrições do que as vagas existentes, cuja definição poderá ser levada à votação. Detalhou ainda os segmentos e as respectivas vagas restantes. Observou ainda que a consulta diz respeito a remanejamento de vagas, ou a necessidade de alteração da lei. Citou que a posse dos novos membros

realizar-se-á em vinte e dois de novembro de dois mil e dezessete, onde também será formada as subcomissões, além da apresentação da minuta da Luos. A arquiteta Fernanda agradeceu todo o trabalho desenvolvido neste biênio pelo CMDU, e que se preparem par ao novo biênio, pois terão diversas legislações para revisar. O secretario Júlio Eduardo reforçou que as leis precisam ser revisadas, que muitas estão defasadas, e que consequentemente o CMDU terá muito trabalho no decorrer do novo biênio. Agradeceu a todos, principalmente aos que ainda não foram nomeados, e espera que voltem. E em nome do governo agradece a participação dos conselheiros. O senhor Cyro Raphael Monteiro da Silva, da Delegacia Sindical da Baixada Santista do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo – DESIBAS, reforçou ser impossível o CMDU existir, sem a representação dos arquitetos. O senhor Jean, do SASP, informou que tentarão reenquadrar como associação, e espera que tudo seja resolvido, pois cogitam inclusive entrar com liminar para garantir a participação. O senhor Ricardo, da Sedurb, reforçou que este é o motivo da consulta a Projur, o enquadramento como associação ou sindicato. O senhor Júlio Eduardo explicou que se não forem preenchidas as vagas até a terceira reunião do novo biênio, o conselho continua seus trabalhos normalmente, sem a representação destes seguimentos. O presidente Júlio Eduardo consultou a plenária se existia alguma propositura, e não havendo nenhuma manifestação agradeceu a presença de todos e como nada mais havia a ser tratado, às dez horas e vinte e cinco minutos, o presidente do CMDU, Júlio Eduardo dos Santos, deu os trabalhos por encerrados. Eu, Andreia Orlandini Nunes _____ lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, será ao final subscrita pelo secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano, Júlio Eduardo dos Santos _____ Presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano.